

# Jornal

# BEM INFORMADO

**IEPHA**  
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, janeiro de 2015 – Ano 08 | nº 84

## FOLIAS DE REIS DE MINAS SERÃO INVENTARIADAS

Projeto coordenado pela Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG já esteve em Uberaba, no triângulo mineiro, e percorrerá outras regiões do estado



Foto de Adailto. Acervo: Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba/MG.

Página 08

### PESQUISA

*Paisagem das antigas mineradoras é tema de doutorado*

Página 10

### GUIA DE BENS TOMBADOS ON LINE

IEPHA/MG disponibiliza Guia completo no site

Página 03

### ENTREVISTA

*Adriano Furini, restaurador*

Páginas 06 e 07

### MEMÓRIA VIVA

*Fernando de Castro Veado: 40 anos de dedicação à preservação do patrimônio*

Página 04

## A POLÍCIA DE MINAS NO SÉCULO XIX

Esforço conjunto garante publicação de livro finalizado em 1940



Foto reprodução: Livro A força pública policial de Minas Gerais 1837-1890

Página 09

Mala Direta Postal  
Básica  
9912261467/2010  
IEPHA/MG  
CORREIOS

## Palavra do Presidente

*fernando.cabral@iepha.mg.gov.br*

**I**niciar o ano de 2015 fazendo reflexões sobre o que foi feito pelo patrimônio cultural em Minas Gerais e no Brasil nos últimos anos é fundamental para que os novos desafios sejam enfrentados com muita sabedoria. Neste sentido, destaco a última reunião da diretoria do Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural realizado, em dezembro, em Salvador. O objetivo da reunião foi fazer uma avaliação política da gestão do patrimônio cultural em todo o país nos últimos quatro anos. Ao final, chegamos à conclusão de que é necessário tornarem públicas as ponderações e sugestões feitas pelas instituições estaduais de preservação do patrimônio durante a nossa gestão. A lista completa com o balanço pode ser lida nesta edição do Jornal Bem Informado.

Aproveitei a reunião, para comunicar aos membros da diretoria que o IEPHA/MG, a partir de 2015, assumiria importante função no processo de licenciamento de empreendimentos, obras e projetos em Minas Gerais por meio da Deliberação Normativa de Análise de Impacto no Patrimônio Cultural, aprovada pelo CONEP em dezembro. Uma experiência que

poderá ser adotada por outros estados brasileiros.

Neste momento utilizo este espaço para conclamar a sociedade civil, gestores públicos e agentes culturais dos 853 municípios mineiros para que, juntos, possamos defender e preservar nossa riqueza histórica, artística e cultural. Minas Gerais é, sem dúvida, um dos lugares que mais atrai turistas no Brasil por causa da diversidade cultural que reúne. Igrejas, museus, fazendas, casarões, praças, comida, arte, dança, manifestação religiosa, entre outros. A guarda desse patrimônio é tarefa de todos nós cidadãos mineiros. Toda e qualquer ação, somada aos inúmeros esforços diários da equipe técnica do IEPHA, será de grande valia na luta pela preservação do patrimônio cultural.

Quero também externar a nossa expectativa de que os parceiros que estiveram conosco nos últimos quatro anos continuem apoiando projetos e ideias que dignifiquem a cultura mineira. Entre 2011 e 2014 o IEPHA/MG trabalhou em parceria com diversas instituições, demonstrando que é possível a articulação conjunta em prol do patrimônio.



Enfim, que o ano de 2015 seja cheio boas notícias para o patrimônio cultural e que todos os mineiros continuem colaborando para que a memória de Minas seja preservada.

Fernando Viana Cabral  
*Presidente*

### Expediente

#### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Fernando Damata Pimentel  
Vice Governador: Antonio Andrade

#### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Angelo Oswaldo

#### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral  
Chefe de Gabinete: Danielle Cristine de Faria  
Diretor de Conservação e Restauração: Fioravante Vendramini  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jácome Junior  
Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado  
Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

#### BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)  
Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP)  
Ana Flávia Araújo (MG 14308JP)  
Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)  
Fotos: Izabel Chumbinho  
Impressão e acabamento: Usina do Livro.  
Impressão em papel Reciclato 90g/m<sup>3</sup>  
Tiragem: 3.000 exemplares - Periodicidade: mensal

Por Leandro Henrique Cardoso

## IEPHA entre 2011 e 2014

Entre os anos de 2011 e 2014 o IEPHA/MG realizou diversas atividades com o objetivo de promover, proteger e conservar o patrimônio cultural mineiro, com destaque para as ações em que as comunidades estiveram envolvidas, como por exemplo, a celebração do Dia do Patrimônio. Nos últimos três anos o IEPHA/MG reuniu na Praça da Liberdade cultura e história de várias cidades do estado, mostrando que a pluralidade de Minas Gerais é encantadora. Outro destaque dos últimos quatro anos foi o programa Minas Patrimônio Vivo que investiu quase nove milhões de reais em projetos, obras e restauração do patrimônio cultural de mineiro. No total foram 26 municípios beneficiados pelo programa, lançado em 2011.

Os municípios mineiros também tiveram apoio financeiro para a preservação do seu patrimônio através do ICMS Patrimônio Cultural que repassou mais de R\$ 270 milhões entre 2011 e 2014.

O IEPHA/MG se destacou também neste período ao produzir publicações importantes como as duas edições do Guia de Bens Tombados, que conta com detalhes as histórias dos bens protegidos pelo instituto desde sua fundação. O Bicentenário da morte de Aleijadinho também foi contemplado com a cartilha Antonio Francisco Lisboa que traz informações sobre quem foi o artista.

O tema "Paisagem Cultural como Patrimônio" foi amplamente discutido em um seminário

## Carta aberta

*Diretoria do Fórum Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural se reúne para balanço*

A diretoria do Fórum Nacional de Instituições de Preservação do Patrimônio Cultural se reuniu em Salvador (BA) no dia 15 de dezembro de 2014 para fazer um balanço da gestão política na área cultural em todo o Brasil nos últimos quatro anos. Um dos temas discutidos foi a necessidade de mais comprometimento com o Fórum por parte dos dirigentes das instituições estaduais de preservação. Também debateu-se sobre o registro do Fórum como entidade civil de interesse público, abrangendo os Estados, o Distrito Federal e Capitais. O resultado da reunião foi elaboração de uma carta contendo alguns apontamentos, entre sugestões, críticas e conclusões para que a próxima gestão tanto das instituições como a do Fórum possa repensar o patrimônio cultural do nosso país. Conheça os pontos destacados:

1 - As Secretarias Estaduais de Cultura, de modo geral, gozam de pouco prestígio por parte dos respectivos governos, haja vista a sua posição nos orçamentos, precariedade

ocorrido em setembro de 2014. Estudiosos e pesquisadores de Minas, do Brasil e do Mundo se reuniram para debater sobre o assunto.

Ainda no final de 2014 o patrimônio cultural mineiro foi contemplado já que três bens culturais ganharam proteção legal do Estado: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santa Clara localizada no município de Santa Rita de Jacutinga; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho e Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico da Escola Dom Bosco - antigo Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais localizado no distrito de Cachoeira do Campo (Ouro Preto).

Em dezembro de 2014, o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - CONEP aprovou a Deliberação que normatiza a análise de impacto de empreendimentos, obras e projetos no patrimônio cultural de Minas Gerais.

Destaca-se ainda, a contratação de servidores que representaram valioso papel e contribuíram na execução de atividades importantes das áreas administrativas e finalísticas do IEPHA/MG.

O relatório completo de atividades gestão 2011-2014 do IEPHA/MG está disponível no endereço [www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/publicacoes](http://www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/publicacoes).

- de quadros e baixos salários;
- 2 - As instituições estaduais de preservação acabam sendo vítimas do mesmo processo com que são tratadas as Secretarias Estaduais de Cultura;
- 3 - A experiência dos últimos três anos, nos permite afirmar que houve, de uma forma geral, pouca sensibilidade por parte das Secretarias Estaduais de Cultura para com suas respectivas instituições de preservação do patrimônio cultural;
- 4 - Como objetivo de evitar a descontinuidade do Fórum em função das eleições, a próxima gestão do Fórum deve ampliar a sua composição abrangendo também as instituições de preservação das capitais;
- 5 - Não houve o necessário comprometimento com o Fórum por parte dos dirigentes das instituições estaduais de preservação;
- 6 - O não fortalecimento do Fórum dificultou uma interação mais produtiva com o IPHAN;
- 7 - Necessidade de formalização do Fórum, como entidade civil de interesse público,

## Guia on-line

O Guia de Bens Tombados do IEPHA/MG está disponível no site do instituto para pesquisas. Agora, qualquer pessoa que tenha acesso à internet poderá viajar por Minas com apenas alguns cliques.

Os 134 bens protegidos pelo IEPHA/MG fazem parte da publicação que traz detalhes históricos, arquitetônicos, paisagísticos e culturais de cada um deles. Além disso, o Guia informa quando o bem foi tombado, dado importante para pesquisadores e estudiosos. Para o presidente do IEPHA/MG, Fernando Cabral, disponibilizar o Guia de Bens Tombados na internet significa praticidade. "Em qualquer parte do mundo quem quiser conhecer ou saber detalhes sobre o patrimônio cultural em Minas Gerais é só acessar o site do órgão que lá está disponível o Guia com os 134 bens tombados desde a criação do órgão", relata Cabral. O material impresso foi enviado às prefeituras municipais, institutos de pesquisa e proteção do patrimônio cultural, centros de memória e museus, entre outros. O lançamento da 2ª edição do Guia de Bens Tombados ocorreu em novembro de 2014, na Academia Mineira de Letras em Belo Horizonte e recebeu cerca de 150 pessoas entre servidores e ex-servidores do IEPHA/MG, professores, pesquisadores, estudantes, políticos, arquitetos, engenheiros, entre outros.

Para acessar o Guia com os 134 bens tombados pelo IEPHA/MG basta entrar no endereço [www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/publicacoes](http://www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/publicacoes). Boa leitura!

abrangendo os Estados, o Distrito Federal e Capitais, com registro, sede física e mensalidade a exemplo do ABIPEM e da ABRAMPA;

- 8 - Ficam com responsabilidade de reaglutinar o Fórum em 2015 os dirigentes que assumirem as instituições do Estado da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, por serem os estados que compõem a atual diretoria.

A carta foi assinada pelos membros da diretoria do Fórum, Fernando Cabral - presidente (Minas Gerais), Severino Pessoa - vice-presidente (Pernambuco) e Elisabete Gândara - secretária geral (Bahia).

O Fórum foi criado em abril de 2012 durante o encontro entre instituições de preservação do patrimônio cultural de todo o Brasil ocorrida em Recife. Na ocasião, uma carta com algumas recomendações foi elaborada com o objetivo de se construir uma rede entre os órgãos.

## Memória Viva do IEPHA/MG: Fernando de Castro Veado

*Uma história de vida que se funde com a trajetória do IEPHA/MG*

Por Ana Flávia Araújo

**F**ernando de Castro Veado é engenheiro, servidor público estadual e há 40 anos presta serviço ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG. Na década de 1970 ele foi convidado para trabalhar na instituição, pelo então presidente Luciano Amedée Perét. Ele conta que iniciou sua carreira no órgão como auxiliar de escritório e na época não conhecia o órgão, mas que aprendeu muito sobre patrimônio e sua preservação. Em função disso, o servidor acredita ainda que sua história de vida se funde com a trajetória do IEPHA/MG. “Me profissionalizei, criei família, fiz amigos e esse ano me aposentei. Mesmo com tantas coisas que não se concretizaram, tanto no pessoal como no profissional, levo comigo a sensação de dever cumprido”, declara.

Segundo Fernando, a principal motivação para trabalhar no IEPHA/MG foi a jovem Feliciano (esposa falecida) da qual nunca vai se esquecer. A princípio veio meio contra vontade própria, a pedido dos pais.

Ao entrar para a entrevista de trabalho se deparou com uma morena linda com olhar tímido e de uma delicadeza ímpar. Foi quando ele decidiu que o IEPHA/MG seria seu melhor emprego e dedicaria todo o seu tempo se especializando em engenharia civil e faria aqui, junto a Feliciano, sua carreira profissional. O servidor começou a fazer cotação de preços de material de consumo para uso da instituição. Com pouco tempo de trabalho e muita determinação o jovem estudante teve a oportunidade de fazer uma viagem para Taquaral, para conhecer a técnica tradicional de engenharia. Foi o momento em que Fernando se apaixonou e investiu em estudos de preservação e utilização dessa técnica. “Entrei no IEPHA/MG ele ainda engatinhava, contudo crescemos juntos, pois como estudava engenharia na época, aproveitei para conhecer e estudar melhor cada material”, afirmou ele.

Segundo o engenheiro muitos desafios surgiram ao longo do tempo, mas o amor pelo trabalho, a união, o respeito e o carinho que recebeu dos amigos do IEPHA/MG, fez com o servidor superasse grandes perdas, entre elas a morte prematura de sua esposa Feliciano. “Tenho muito a agradecer a todos os meus amigos de trabalho pela paciência, pelo carinho e pelo respeito, em especial ao meu amigo Walter Florêncio, que também vivia o luto pela perda recente de sua esposa no parto. Walter me ensinou muito, me amparou e me fez acreditar dia após dia que eu seria um bom pai”, revela emocionado.



Fernando conta que se dedicou ao IEPHA/MG por completo e fez especializações na área de orçamento para patrimônio a fim de adquirir mais conhecimentos. Hoje o servidor é mestre em engenharia e se orgulha muito ao falar da apresentação de seu projeto. Segundo Fernando esse trabalho trouxe muitas experiências, entre elas o interesse de seus mestres em conhecer e divulgar melhor as técnicas tradicionais de engenharia. “A apresentação da minha dissertação foi acompanhada por diversos profissionais, que se interessaram pelo assunto, além de valorizar a imagem e o trabalho realizado pelo IEPHA/MG durante esses mais de quarenta anos de trabalho pela preservação”, afirma.

Em relação à expectativa da aposentadoria, Fernando declara que não vai se afastar completamente. Vai continuar seus trabalhos na área de Patrimônio dando consultoria em edificações históricas e passando suas experiências para outras pessoas. “Temos que estar conectados com o ontem para fazer consciente hoje, pois a tecnologia do passado é a prova da resistência. Uma edificação antiga resiste muito bem às ações do homem e do tempo, portanto quero deixar um acervo de tudo que aprendi e construí durante esses quarenta anos de IEPHA/MG”, declara.

## Conheça Minas: Passa Tempo

*Cidade onde a magia de tear fios se mistura com as fábulas ufológicas*

Por Ana Flávia Araújo



Cidade tranquila e aconchegante com clima agradável, tipicamente interiorana. O pacato município de Passa Tempo abre seus braços para receber turistas e moradores em suas tradicionais cavalgadas e passeios às fazendas centenárias. A cidade de nome curioso vem chamando a atenção de visitantes pelas belezas naturais e pela simplicidade dos nativos. O nome Passa Tempo, datado do século XVIII, tem duas versões. A primeira seria uma denominação criada pelos bandeirantes que, ao fazerem pouso na região, diziam: “vamos passar o tempo ali”. E posteriormente outros diziam: “vamos parar no Passatempo”, daí nasceu o nome Paragem do Passatempo ou Matos do Passatempo. A segunda versão veio do costume de duas senhoras que ficavam a tear na calçada da porta de casa. Segundo a aposentada Leila das Graças Fonseca, cidadã passatempense, existe uma lenda que fala de duas “velhinhas” que viviam a fiar na porta de casa, e quando algum viajante passava por ali as perguntavam: “Como vão minhas senhoras?” – Elas respondiam: “Vamos passando o tempo”,

daí teria surgido o nome “Passa Tempo”. Por isso, o município adotou como símbolo, na praça principal da cidade, duas velhinhas fiando a roca. “E nós mais antigos de Passa Tempo acreditamos que essa é a principal origem do nome do município”, afirma a aposentada.

Entrando nas tradicionais “casinhas” de Passa Tempo, com janelas e portas coloridas, abrilhantando as alamedas e seus arredores, pode-se encontrar além do aconchego mineiro, os mitológicos guardiões das lendas urbanas locais, que contam e encantam com seus mitos e mistérios. A cidade se destaca pelas pesquisas ufológicas realizadas por Antônio Faleiro, escritor e historiador passatempense, um dos pioneiros da ufologia no Brasil. Segundo Vanilton Barbosa, Chefe do Departamento de Cultura do município, uma das lendas mais ouvidas na região é a fábula de uma mulher de branco que no dia 5 de outubro de 1984, por volta das 20h, apareceu no quintal de uma casa da região. A senhora Maria do Carmo e seu marido estavam ouvindo música na varanda

quando de repente, ela avistou algo semelhante a uma mulher de branco da cabeça aos pés. Seu marido, que recolhia alguns discos, não viu a aparição, que se prolongou por alguns segundos. Então, olhando para umas bananeiras próximas, ambos viram um clarão avermelhado, semelhante a uma bola de fogo, que repentinamente desapareceu. O historiador Antônio Faleiro esteve no local da aparição e concluiu que um objeto não identificado pairou sobre a casa e emitiu um feixe de luz em forma de cone, na direção do solo, apenas por alguns segundos. Daí a impressão de ser uma mulher vestida de branco da cabeça aos pés.

A cidade proporciona aos moradores e turistas acesso a cultura, arte, história e lazer através da preservação das festividades religiosas, das manifestações culturais, do tradicional carnaval temporão, da Cavalgada, das belas cachoeiras, das trilhas ecológicas, da manutenção da Biblioteca Pública Municipal, do Museu Histórico, da Casa da Cultura, das Igrejas centenárias que resgatam a história e a fé de um povo hospitaleiro, além das diversidades culturais. A gastronomia local atrai as pessoas através de concursos de pratos típicos com receitas antigas de família, quermesses e festas religiosas. O turista que vai a Passa Tempo não pode deixar de experimentar a culinária simples e peculiar da região. Entre elas, o famoso pastel de abóbora com carne de porco. “O diferencial da cidade são os eventos em praça pública, podemos destacar a Praça da Matriz Nossa Senhora da Glória como principal ponto turístico da cidade, onde vários acontecimentos religiosos e públicos deram popularidade à cidade”, afirma Vanilton. Passa Tempo também se destaca como a primeira cidade da região a produzir um longa-metragem de nome “Um Anjo Chamado Maria” do cineasta Maurício Rangel que, em parceria com a A.C. Banda Face de Deus, também produz a maior peça teatral ao ar livre da região “A Paixão de Cristo”. Atualmente encontram-se várias empresas em atividade na região, mas grande parte da população tem sua renda focada nas atividades agropecuárias e artesanato. O município é um lugar para tranquilizar o corpo e a mente, uma oportunidade para se refugiar da correria das grandes cidades.

ENTREVISTA

## Adriano Furini – restaurador

Por Leandro Henrique Cardoso



*Nosso entrevistado desta edição é o restaurador Adriano Furini, graduado em Designer de Interiores pela Universidade Federal de Uberlândia (Uniuibe) em 1997. Adriano morou e realizou cursos de restauro na Inglaterra entre 1998 e 2000. É pós-graduado em Docência Universitária - Arte e Educação pela Universidade de Uberaba – Uniuibe - e em Gestão de Obras de Restauro pelo Centro de Estudos de Conservação Integrados – Ceci. Atou como professor de Técnicas Retrospectivas e Patrimônio no Curso de Arquitetura da Universidade de Uberaba de 2003 a 2009. Adriano possui diversos cursos livres de restauro, arqueologia e elaboração de projetos. Desde 2000, é restaurador e seus principais trabalhos desenvolvidos são: Bens integrados e acervo museológico do Museu de Arte Sacra e Igreja de Santa Rita de Uberaba (datada do século XIX); Retábulo do século XVII do Santuário do Padre Anchieta – ES; Restauro dos bens integrados da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Luziânia - GO (datada do século XVIII); Restauro dos bens integrados da Igreja de Nosso Senhor dos Passos de Pirenópolis – GO (datada do século XVIII); Acervo artístico e pinturas parietais da Câmara Municipal de Uberaba – MG (datada do século XX) e Museu de Arte Decorativa de Uberaba.*

### O que é um elemento artístico?

No universo da preservação consideramos elementos artísticos toda produção de objetos, imagens, sons produzidos por um indivíduo ou um grupo e que no seu fundamento esteja a relação direta com os mecanismos de produção das artes plásticas e visuais. Podendo ser objetos decorativos, litúrgicos, ourivesaria, artísticos, mobiliário, azulejaria, retábulos, etc. Objetos que no seu todo ou em partes possuam ornamentação bi ou tridimensionais.

### Qual a importância dos elementos artísticos nas igrejas, nos casarões, fazendas?

A arte produzida na era cristã até o século XIX possuía uma ligação direta com a filosofia, ideologia e moral da igreja Católica, servindo sempre para embelezar e com isso, prender a atenção dos indivíduos para que através dela fossem passados seus valores psicológicos, filosóficos, ideológicos e morais. A maioria da produção deste período foi direcionada para esta finalidade e ela é grande parte do acervo remanescente nos dias de hoje. Uma arte engajada numa ideologia política e religiosa, que em sua grande parte do tempo era a mesma

coisa. Através destes elementos artísticos e arquitetônicos podemos compreender o universo social, cultural e econômico dos indivíduos que os produziram. A concepção dos espaços era pensado, e planejado, como uma totalidade, onde estes elementos eram partes indispensáveis do conjunto. Como a decoração das fazendas do século XVIII, suas ornamentações expressavam o poder econômico daquela família no âmbito social e suas crenças.

### Muitas obras de arte foram produzidas nos séculos passados e já passaram por transformações ao longo do tempo. Como identificar as características originais?

Atualmente o papel dos restauradores-conservadores é compreender o máximo possível o contexto em que foi produzido determinado monumento para interpretar cada etapa da vida deste bem, com seus acréscimos e mudanças ao longo dos anos. Os espaços físicos (arquitetônicos) sofrem grandes alterações no seu uso, sua forma e sua volumetria, e é nesse momento que os elementos integrados artísticos também sofrem com sua destruição ou com nova apresentação estética e repinturas.

### Desde quando, no Brasil, começaram as restaurações de obras de arte?

Temos históricos de intervenções restaurativas desde o século XIX no Brasil. O marco, no entanto, foi a criação do SPHAN (atual IPHAN) em 1937, quando se oficializou a política de preservação e o próprio conceito de monumento. Na segunda metade do século XX é que se desenvolve na prática e na teoria, aqui no Brasil, a disciplina de restauração-conservação. Com muitos erros e muitos acertos, mas sempre voltada a uma relação estreita ao que acontecia na Europa, principalmente Itália e França. O primeiro centro de conservação e restauro de bens móveis (obras de artes) - CECOR em Belo Horizonte foi na Universidade Federal de Minas Gerais, fundado em 1978. Ao longo destes quarenta anos entre a criação do IPHAN e CECOR, os profissionais que atuavam nos bens artísticos, eram autodidatas, artesões, artistas ou curiosos. Raros eram os profissionais que vinham do exterior, e mesmo assim só atuavam no circuito Rio de Janeiro e São Paulo.

### Como é feita uma restauração de uma obra de arte? Que tipo de material se utiliza?

O processo de restauração de uma obra de arte é multidisciplinar e envolve as seguintes etapas, a saber: elaboração de projeto - nesta etapa são realizadas pesquisas históricas, gráficas, físicas, químicas e mecânicas, testes de aplicação de métodos e produtos próprios para restauração com análises por imagens e laboratoriais. Com estes dados é elaborada uma proposta de intervenção dentro de um critério específico e justificado. Na etapa seguinte temos a execução do projeto, ou seja, a restauração em si. Nesse momento a qualificação e conhecimento do profissional são o que distinguem um bom de um mau resultado, porque como o restauro é um processo manual, a qualidade, o conhecimento e a prática do profissional restaurador irão definir o resultado final.

**Em muitos casos, obras que passaram por muitas transformações (pinturas, colagem, etc.) acabam sendo apresentadas à população (após essas transformações) como sendo originais. Ou seja, as pessoas não sabem que aquela obra de arte já passou por várias mudanças e durante o processo de restauração, ao voltar à sua forma original (ou pelo menos próximo do original) podem questionar e até mesmo não aceitar. Como proceder nestes casos?**

Raros são os casos de bens artísticos ou arquitetônicos que ao longo de seus séculos não passaram por reformas ou intervenções em algum momento da história. Uma igreja de 300 anos que tenha passado por três reformas (tirando a última intervenção que é a que está na memória das pessoas) não se tem relação nenhuma com as demais do passado, sendo desconhecidas das pessoas do presente. Quando, por motivos de restauração, em que o critério definido é o resgate da primeira configuração (o original), este critério só pode ser adotado quando este original seja de melhor qualidade estética, física ou fundamental para a leitura do conjunto. O conceito de original tem que ser entendido de forma diferente. Tudo que se produz em determinado momento é original ao seu tempo e tem uma relação com ele. Uma igreja que foi iniciada no estilo Gótico, ampliada no estilo Renascentista e decorada no período Barroco, tem sua originalidade em todos estes períodos, não apenas na sua primeira configuração por ser mais antiga. O restaurador tem esse conhecimento para compreender o bem em sua totalidade e definir o melhor critério a ser aplicado. E, alguns casos o ideal é deixar na configuração atual, por ter mais relação com a memória coletiva e com a comunidade, em outros se define em resgatar um segundo momento por condizer com uma leitura de conjunto. Só o profissional tem as ferramentas e conhecimentos para tal escolha. A busca do original apenas por ser o mais antigo foi um critério adotado nos séculos XIX e XX em

uma das correntes filosóficas de restauro de Violet le Duque. Mas a má interpretação deste critério, posteriormente fez com que obras de valor relevante desaparecessem em detrimento de um original sem valor algum aqui no Brasil, como o caso da Catedral da Sé de Recife. Quando acontece uma intervenção onde se sabe que o bem será entregue de forma que a memória coletiva não ira reconhecer, é indispensável o papel psicológico e sociológico, que deve ser desenvolvido ao longo de todo o processo de restauração (neste viés a educação patrimonial desenvolvida no momento das intervenções, cumpre tal papel). Os processos e as descobertas no sentido de cada uma delas serem compreendidas e conhecidas pela comunidade que se relaciona com o bem é fundamental para não ocorrer do bem, depois de restaurado, não ser aceito ou acolhido. E assim é o papel principal da restauração: resgatar os valores físicos, estéticos, sociais e memorização para que este bem possa ser revalorizado, reapropriado, requalificado pela comunidade que o preservou, para que a relação de identidade permaneça sendo o motivo de sua preservação.

**Desde quando você atua como restaurador?**

Meu primeiro contato com a área de patrimônio foi como estagiário na Universidade Federal de Uberlândia em 1996 da PHD Prof<sup>a</sup> Arquiteta Marília Brasileiro. Deste momento em diante defini o meu interesse pela área. Graduado em 1997, realizei cursos específicos na área de conservação-restauração. Desde 2000 tenho atuado como restaurador e Gestor de Obras de Restauro em Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e São Paulo.

**Qual foi o seu trabalho de restauração que mais o encantou ao final?**

Dos trabalhos que realizei, todos, cada qual ao seu modo, trouxeram um nível de satisfação ao final. O mais marcante foi a imagem de madeira policromada de Nossa Senhora da Abadia, padroeira de Uberaba-MG, que me tocou pelo privilégio de me envolver com o sagrado. O altar do Padre Anchieta na cidade de Anchieta-ES foi marcante pela possibilidade de restaurar uma obra do início do século XVII. A igreja de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Luziânia-GO, pela complexidade de degradação causada pela intervenção anterior, na qual a proposta e os critérios que desenvolvemos com a fiscalização de Antonio Fernandes, IPHAN-MG foi um caso único e com resultado que atendeu a comunidade e os critérios de restauração, mesmo sendo uma proposta inusitada. Sempre prefiro as obras que

possibilitam discutir conceitos, comprovar teorias e apresentar novas possibilidades. A obra do Museu Mineiro que estamos desenvolvendo é exemplo que nos trouxe inúmeras questões não respondidas na fase de projetos, mas fundamentais para a intervenção. Para solucionar esta lacuna, montamos uma equipe multidisciplinar em diferentes áreas de experiência e formação, com conhecimentos apurados de restauração, marcenaria, arquitetura e engenharia para que fosse encontrada a melhor proposta de restauração. Toda a logística e método de aplicação foram desenvolvidos especificamente para essa obra, não há precedentes em Minas Gerais de uma intervenção com as mesmas soluções técnicas para esse tipo de elemento artístico (forro do Museu Mineiro e seus elementos decorativos de Papel Machê). Isso torna o nosso trabalho empolgante e satisfatório.

**Qual é a situação do restaurador no Brasil?**

No Brasil a profissão de restaurador se tornou graduação nas universidades, assim nos últimos sete anos. Vários centros universitários abriram cursos para esses profissionais, e formou vários graduados para o mercado. Os mais antigos restauradores raramente possuem essa graduação. Eles têm formação em outras áreas e se especializaram em restauração, ou são autodidatas. A regulamentação da profissão é o próximo passo para se organizar o papel de cada profissional: o restaurador, o técnico em restauração e o auxiliar, distinguindo-os do universo dos curiosos de boa vontade sem conhecimento que jamais devem atuar na área. Um entendimento mundial, no entanto é que seja exigido do profissional restaurador diploma de nível superior no mínimo, pra poder atuar na área. Outra distinção que precisa ser vista pela comunidade é que restaurador não é artista plástico. As profissões se comunicam, mas são completamente distintas. O restaurador que ousar em criar no processo de restauração incorre no mais grave dos erros. Já o artista depende de exclusividade do ato de criação para produzir.

**Existem profissionais suficientes para atender as demandas de restauração?**

Acredito que a questão não é ter ou não quantidade suficiente de profissionais, mas sim de como está o campo de atuação e interesse do estado em disponibilizar recursos pra essa área. Temos muitos profissionais bons no país, além dos profissionais que, desde 2013, vêm ingressando no mercado, fruto dos cursos de graduação. Mas o que falta é uma política de preservação mais realista e comprometida com a qualidade.

## NOTÍCIA

## Salvaguarda da Folia de Reis em Minas

*Projeto irá percorrer o estado e mapear grupos de Folias de Reis existentes no território mineiro*

Por Leandro Henrique Cardoso

O IEPHA/MG executará em 2015, o projeto de inventário das Folias de Reis em Minas Gerais. A ideia é criar uma plataforma colaborativa, em que prefeituras, pesquisadores, instituições de ensino, estudantes e sociedade em geral possam contribuir com informações sobre os grupos de Folia de Reis existentes no estado. Ações como curso de capacitação, mobilização e palestras com ênfase na valorização do bem cultural serão desenvolvidas esse ano, em parceria com os municípios mineiros.

Segundo o gerente de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG, Luis Molinari Mundim, um dos objetivos do projeto é executar o mapeamento das folias e construir um banco de informações sobre esse bem. “Através de um termo de cooperação, pesquisadores, instituições, comunidade, poder público e foliões poderão colaborar no processo de levantamento de dados”, afirma Luis. Outro objetivo é, com base nos estudos, propor e implementar políticas públicas para salvaguardar o bem cultural.



Comunidade dos Arturos – Contagem MG

O projeto teve início em 2014 quando foi realizado no município de Uberaba, no Triângulo Mineiro, um curso piloto de capacitação para identificar as características das folias. A execução do curso foi desempenhada com apoio do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba – CONPHAU, que mobilizou uma quantidade considerável de participantes. As atividades foram realizadas durante três dias e o curso contou com a presença de mestres dos Ternos de Reis, estudantes e profissionais da área do patrimônio cultural de 12 municípios da região. No curso foram abordadas questões teóricas e práticas tais como a identificação de bens imateriais, anuência dos detentores do saber, mapas de percepção, levantamento das referências culturais, elaboração das fichas de inventário. A ênfase foi dada nos processos de pesquisa do patrimônio cultural imaterial, focando na metodologia desenvolvida e utilizada pelo IEPHA/MG em seus processos de

reconhecimento dos bens culturais imateriais. Ao final do encontro foi elaborado um termo no qual os mestres e os grupos autorizaram a pesquisa e se comprometeram a contribuir para o desenvolvimento do trabalho.

Somente em Uberaba existe cerca de 180 “ternos de reis”, um número significativo e que dá indícios do contingente que poderá ser identificado em todo o Estado.

O curso de capacitação aborda questões teóricas e práticas relacionadas aos processos de pesquisa do patrimônio cultural imaterial, focando na metodologia desenvolvida e adotada pelo IEPHA/MG em seus processos de reconhecimento dos bens culturais imateriais.

“Após o lançamento do projeto será feito um cronograma para que as regiões interessadas possam receber a equipe do IEPHA/MG para o curso. O ideal é reunir vários municípios da região em uma cidade que irá sediar o

evento”, adianta Luis Molinari. E já há cidade solicitando o curso. Em dezembro de 2014, o Secretário de Cultura de Paracatu, região Noroeste do estado, enviou ofício solicitando a realização do treinamento em seu município ainda no 1º semestre de 2015.

### | Folia de Reis em Minas

As Folias de Reis são festejos que vieram da Europa, comemorados como forma de rememorar a história bíblica da viagem dos três Reis Magos, que saíram de suas regiões em busca do Menino Jesus para presentear-lo. A tradição é de origem Ibérica e posteriormente transmigra para a América Portuguesa. O rito apresenta essencialmente o canto, a dança e o teatro, e por meio dessas expressões os foliões articulam a fé com o divertimento, a junção entre o sagrado e o profano.

Na comunidade dos Arturos (Patrimônio Imaterial de Minas Gerais registrado pelo IEPHA/MG em 2014) a festividade teve início no final do século XIX, período em que, de acordo com Mário Braz da Lula, seu avô, Camilo Silvério, já realizava a celebração juntamente

com seu pai, Arthur Camilo, e seu sogro, Joaquim Quadros, que era mestre de Folia. Segundo ele, o rito começou a ser praticado na Comunidade quando Joaquim Quadros fez uma promessa a São Sebastião, pedindo-lhe chuva e o fim da febre amarela. Como forma de agradecer pela graça alcançada, foi realizada uma Folia durante o mês de janeiro e recolhidas doações para a celebração de uma missa em homenagem ao santo.

A Folia de Reis nos Arturos conta com os Reis Magos Belchior ou Melchior, Gaspar e Baltazar, que são representados pelos palhaços chamados de “Véio”, “Friage” e “Bastião”. Na Comunidade os palhaços são considerados sacros, atuando em diversos momentos com falas religiosas. Os palhaços são os principais personagens da folia. São eles que carregam a bandeira com as imagens dos Reis Magos e passam pelas casas contando a história envolvendo os reis e o Menino Jesus. Durante a celebração os foliões vão de casa em casa em cortejo.

LANÇAMNETO

## Um raio x sobre a polícia do século XIX em Minas

Por Adalberto Andrade Mateus



Ilustração de Wash Rodrigues retrata a Imperial Guarda de Honra (1822-1831), com as figuras do Capitão e do Tenente de Milícias: continências somente ao imperador e à Augusta Família Imperial.

Um pesquisador não tem condições de colher todos os frutos de sua dedicação ao seu trabalho. E nem sempre é capaz de testemunhar o acesso de todos os que possam se interessar por suas descobertas. Mas quando o trabalho é de qualidade não importa o tempo, ele é perene e se torna referência mesmo após 68 anos da morte de seu autor.

É o caso de *A força pública policial de Minas Gerais 1837-1890*, de Theóphilo Feu de Carvalho que após alguns anos chega às estantes dos grandes livros sobre a história de Minas e suas instituições. Em esforço conjunto da Polícia Militar de Minas Gerais, da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Arquivo Público Mineiro (APM), *A Força Pública* é o novo título da apreciada Coleção Mineiriana, da FJP, lançada em dezembro de 2014, na Academia da Polícia Militar, em Belo Horizonte. A coleção, que faz parte do programa editorial da Fundação, é constituída por edições atualizadas de manuscritos inéditos dos séculos 18 a

20, obras fundamentais de referência e de pesquisa.

Na apresentação da obra, o então comandante-geral da PM, coronel Márcio Martins Sant'Ana, destaca a importância do livro para conhecimento da história da Polícia Militar durante o século 19. "Ele (o livro) possibilita a análise do Corpo Policial de Minas em dimensão ampla, abordando aspectos administrativos, seu emprego operacional, formação e gestão dos seus talentos humanos, relações políticas e, sobretudo, das estratégias de proteção à sociedade", destaca o coronel.

O original do livro, datado de 1940, faz parte do Fundo Theóphilo Feu de Carvalho, do APM. O acervo do Fundo, doado por sua família em 2007, é formado por documentos pessoais, correspondências, estudos referentes à história de Minas, livros e fotografias que ilustraram obras de Feu de Carvalho. A edição agora lançada conta com estudos críticos do historiador e oficial da PM Francis Albert Cotta e da historiadora e conselheira do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) Ivana Parrela, que contextualizam o trabalho de Feu de Carvalho, e o analisam sob os aspectos de suas contribuições e produções em relação ao Arquivo Público Mineiro enquanto funcionário e diretor.

Destaques da edição são as ilustrações do artista José Wash Rodrigues (1891-1957) que, após grande trabalho de pesquisa, apresentam as vestimentas militares utilizadas desde o século 18, como a usada pelos Dragões Reais das Minas. "Apesar de já estar com o livro bastante adiantado, com projeto gráfico e diagramação concluída, Feu de Carvalho não conseguiu obter apoio para a impressão, em que pese o reconhecimento do mérito e valor historiográfico da obra por parte das autoridades da época", esclarece a presidente da Fundação João Pinheiro, Marilena Chaves.

### | Feu de Carvalho – O número 2 do APM

José Pedro Xavier da Veiga, fundador do Arquivo Público Mineiro, tem em Theóphilo

Feu de Carvalho um discípulo dedicado e fiel à permanência dos propósitos da instituição criada em 1895. Nascido em Mariana em 15 de janeiro de 1872, Feu de Carvalho foi o aluno de número 1423 do Colégio do Caraça e formou-se em direito, em Ouro Preto, no ano de 1910. Foi diretor do Arquivo nos períodos de 1920-22, 1926-27 e 1933-36, mas já em 1914 organizava o *Índice Geral da Revista – 1896 a 1913*, para a qual foi autor de muitos artigos. Os jornais Minas Gerais e Estado de Minas publicaram artigos de sua autoria sobre a história do estado. Autor de nove livros, à exceção de *A Força Pública*, lançado postumamente, são destaques "*Comarcas e Termos*", que teve grande consideração dos críticos, e "*Pontes e Chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*", que se tornou uma obra rara de se encontrar e apresenta belíssimas fotografias da cidade. Feu de Carvalho faleceu em 8 de setembro de 1946, aos 74 anos.

Para a superintendente do APM, Vilma Moreira dos Santos, a instituição enquanto "agente responsável pela gestão, recolhimento, guarda, preservação e acesso a documentos produzidos pela Administração Pública de Minas Gerais do século 18 ao 19 e também por acervos privados de interesse público e social, tem a grande satisfação de finalmente ver publicada uma obra que nasceu de seus arquivos e que engrandece seu autor e o órgão ao qual dedicou sua vida".

### | OUTROS LANÇAMENTOS

Além de "*A força pública policial*", as estantes contam com mais títulos desde dezembro. A FJP lançou, também pela Mineiriana, a reedição do "*Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*", do militar francês Milliet de Saint-Adolphe. Publicada pela primeira vez em 1845, a obra apresenta informações sobre as províncias, cidades, vilas e aldeias do país, em seus aspectos históricos, econômicos e demográficos. A reedição conta com estudos de introdução dos historiadores Renato Pinto Venâncio e Maria do Carmo Andrade Gomes.

Já o Arquivo Público Mineiro fez o lançamento de duas edições da sua revista. O primeiro número foi dedicado às rebeliões ocorridas em Minas, como uma registrada no ano de 1933, em Ouro Preto. O segundo apresenta dossiê temático sobre o parlamento mineiro e a construção do Estado nacional, antecipando as comemorações dos 180 anos de instalação da primeira Assembleia Provincial de Minas, ocorrida em 1835.

DOUTORADO

## Pesquisa de doutorado em prol do patrimônio

Por Ana Flávia Araújo



### | Rua de Baixo: o passado reencontrado

Em outubro de 2014 foi lançado em Belo Horizonte o Livro “Rua de Baixo: o passado reencontrado”, que fala um pouco da história da cidade de Montes Claros, Norte de Minas. A obra narra a história da “rua de baixo”, hoje Rua Padre Teixeira, nos fundos da igreja Matriz. O local era um ponto de encontro das famílias na década de 1930 e parte da vida social naquela época girava em torno da “rua de baixo e de cima”. Além de mostrar fatos e personagens daquele período, a intenção foi também despertar para a importância da preservação do que ainda está lá. Fabiano é um dos autores e disse que participar da produção desse livro foi mais que uma realização profissional, foi se permitir voltar a um passado do qual ele fez parte junto com familiares e amigos. Fabiano de Paula está licenciado de suas funções do IEPHA/MG para se dedicar à tese de doutorado e seu retorno está previsto para 2015.

**F**abiano de Paula, arqueólogo da diretoria de Proteção e Memória do IEPHA/MG viveu nos últimos meses uma experiência inédita em sua vida ao pesquisar, analisar e defender sua tese de doutorado. A Mineradora de Morro Velho, em Nova Lima, foi o foco de suas pesquisas, com sua história de conservação não vista em lugar nenhum do mundo. O projeto tem como objetivo mostrar a importância de preservar a história e a memória da evolução tecnológica de minas subterrâneas na extração de ouro, do período que corresponde ao final do século XVIII, resgatando a tecnologia industrial de Minas e a necessidade de conhecer os processos tecnológicos e a organização social das antigas minerações. A publicação da tese, devido à qualidade de informações contidas, será de grande contribuição para se conhecer melhor as antigas minerações. “A ideia é tornar público meu documento de doutorado, para que a sociedade tenha acesso a essa preservação”, declara Fabiano.

Segundo o arqueólogo, seu projeto foi dividido em três vertentes. A primeira relacionada à gestão patrimonial, preservação e envolvimento da comunidade nesse legado; a segunda ligada a educação, tecnologia e sociedade; e a terceira vertente está relacionada com a Paisagem Cultural e sua importância. A tese é uma releitura ao universo da preservação ambiental, e discute como as paisagens das antigas minerações foram exploradas, como são preservadas e valorizadas, o que ficou depois da extinção da mineração e o retorno social que esse acervo proporciona para a comunidade envolvida. Para Fabiano é de suma importância que a sociedade esteja envolvida com um órgão de preservação em todo processo de mudança e desenvolvimento de sua região. “Não há nada pior para a degradação de um bem do que o abandono e o desconhecimento. Espero poder contribuir para a preservação, divulgação e memória desse acervo”, afirma Fabiano.

### ERRATAS

#### Edição nº 83 de dezembro de 2014

**01** - No texto Silenciosos e marcantes passos da fé no 4º parágrafo leia-se “No século XX, a presença acolhedora e bondosa da Irmã Maria da Glória do Coração Eucarístico (1903-1986), beatífica às caravanas de romaria que acorreram ao seu encontro”. No 9º parágrafo, “é a cena de um senhor humilde que levou até o cofre uma pequena quantia”.

**02** - A coluna BEM PROTEGIDO publicou no título “Vila de BIRIRIBI” sendo o correto Vila de BIRIBIRI.

**BEM DESAPARECIDO**

## **SANTO ANTONIO DE PÁDUA**

Por André de Sousa Miranda – Gerência de Identificação



**S**anto Antônio de Pádua, cujo verdadeiro nome era Fernando de Bulhões y Taveira de Azevedo, é considerado depois de São Francisco, o mais popular dos santos franciscanos. É também o maior santo português ou, pelo menos, o mais conhecido. Nasceu em Lisboa, entre 1191 e 1195, tendo passado somente os dois últimos

anos de sua vida em Pádua. Em Assis iniciou suas pregações que o celebrizaram. Morreu em 1231, aos 36 anos de idade, em Pádua, sendo canonizado no ano seguinte. Até fins do século XV, era cultuado somente naquela cidade. A partir do século XVI é que ganhou porte de santo nacional de Portugal, e posteriormente santo universal. Santo

Antônio de Pádua é essencialmente um taumaturgo, sendo que seus milagres foram temas de repertório da pintura italiana. É o patrono dos louceiros e a comemoração de seu dia se dá em 13 de Junho.

O Papa canonizou-o poucos meses após a morte. Em 1934 foi declarado padroeiro secundário de Portugal e em 1946, Doutor da Igreja.

De fato, com o decorrer do tempo, Santo Antônio foi alvo de devoção surpreendente. O folclore brasileiro e italiano é rico em alusões aos poderes milagrosos do santo, em questão de casamento, de encontro de coisas perdidas, etc. Mais importante que tudo isso é a caridade para com os necessitados, feita em honra de Santo Antônio, através da instituição conhecida como “Pão de Santo Antônio”, que é um gesto que perpetua o espírito de caridade para com os pobres, tão generosamente vivido pelo nosso santo.

O santo é representado geralmente vestido com o hábito franciscano (marrom ou cinza escuro amarrado na cintura por um cordão nodal), segurando uma cruz na mão direita e tendo na esquerda um livro, sobre o qual aparece o Menino Jesus de pé ou sentado. Pode também trazer nas mãos flor-de-lis, simbolizando a pureza, açucena, custódia, ramo de videira e crucifixo. Sua aparência apresenta-se sempre jovem, sem barba e com tonsura. Geralmente do cinto pendem rosários.

A escultura de madeira policromada e dourada aqui apresentada pertence à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Milho Verde, distrito do município de Serro, tendo sido esculpida no terceiro quartel do século XVIII e contando com as seguintes dimensões: altura: 66 cm/ largura: 34 cm/ profundidade: 22 cm.

Trata-se de bem cultural tombado pelo IEPHA/MG pelo decreto 20.581, de 26 de maio de 1980, que inscreve a igreja e seu acervo no Livro de Tombo de Belas Artes, número de inscrição XXVI, página 05 e 05v. Seu número de inventário no IPAC é o 3389.

A imagem está desaparecida desde 10 de novembro de 1991. No mesmo lote de peças roubadas da igreja constam as imagens de Santo Antônio de Cartigerona, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, São Francisco de Sales e São Miguel.

## BEM PROTEGIDO: Sítio da Varginha do Lourenço – Conselheiro Lafaiete

Por Leandro Henrique Cardoso



O Sítio da Varginha do Lourenço, localizado no município de Conselheiro Lafaiete, Região Central de Minas, teve seu tombamento aprovado pelo Conselho Curador do IEPHA/MG em abril de 1989. Na ocasião, o Sítio foi inscrito no Livro do Tombo nº. I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Nº. III, do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

O bem protegido localiza-se no antigo arraial e freguesia de Carijós, às margens da via conhecida como “Caminho Novo” no período colonial. O Sítio é formado pelas ruínas da antiga edificação Estalagem da Varginha, uma gameleira centenária e outras instalações. Fez parte da vila de Queluz de Minas e posteriormente passou a integrar o município de Conselheiro Lafaiete.

Parte dos episódios da Inconfidência Mineira entre 1788 e 1789 ocorreu no Sítio da Varginha do Lourenço. À época o movimento foi articulado por homens de diferentes posições econômicas e sociais das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes. Os objetivos do grupo eram bem diversos, dentre eles a implantação de uma república, a criação de uma universidade e o incentivo às indústrias têxteis e metalúrgicas. Um dos principais motivos para o movimento foi a insatisfação com a política fiscalista de Portugal, especialmente com sua pretensão em cobrar a derrama, imposto correspondente ao ouro não arrecadado pelas Câmaras Municipais para completar as 25 arrobas anuais devidas à Coroa. O movimento foi denunciado às autoridades e os participantes foram presos e julgados.

Diversos inconfidentes citam o Sítio da Varginha do Lourenço nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira como um

dos lugares onde teriam feito reuniões. “Na estalagem de João da Costa Rodrigues, em Varginha, Tiradentes falou-lhe e a Antônio de Oliveira Lopes sobre a sedição, tendo o proprietário repetido as palavras do alferes com o padre Manoel Rodrigues da Costa, o capitão João Dias da Mota e Basílio de Brito Malheiros”. Além dos homens citados acima, uma das testemunhas mencionou a presença, na estalagem, de “um moço que vinha do Serro – mas muito mal tratado, porque conduzia um saco às costas e vinha descalço, cujo nome ignora” que teria também ouvido os planos da conjuração.

Foram julgados mais de trinta inconfidentes, entre líderes da conspiração, participantes da rebelião e todos aqueles que sabiam do movimento e se calaram. Alguns foram condenados à “morte natural para sempre”, outros banidos por toda a vida ou por dez anos. Poucos foram absolvidos. O único condenado à morte foi Tiradentes, por ter sido considerado indigno do perdão da Rainha Maria I.

Na Varginha do Lourenço, embaixo de uma frondosa gameleira foi exposto um dos quartos de Tiradentes, morto em 21 de abril de 1792.

A Estalagem do Lourenço permaneceu de pé até 1950, quando foi demolida. A Açominas se instalou na região, adquiriu

a área da antiga Estalagem e ergueu em 1989 um monumento em pedra sabão em homenagem ao Bicentenário da Inconfidência Mineira. O tombamento estadual do Sítio da Varginha do Lourenço ocorreu no período de comemorações do bicentenário. O Dossiê de Tombamento atribui a proteção em virtude de o local ser um dos testemunhos de episódios ocorridos no Movimento da Inconfidência Mineira. A medida, segundo o Dossiê, atende anseios da população mineira, cujas raízes estão diretamente ligadas à insurreição de 1789, resgatando imagens, valorizando a memória e ampliando o conhecimento de um episódio da história do Brasil.

Em 2009, a posse do local foi transferida para a Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, atual responsável pela manutenção do espaço e que busca promover ações, como cavalgadas e caminhadas como forma de valorização do sítio e da memória do movimento.

Mais informações sobre esse bem tombado podem ser conferidas no capítulo 74 do volume 2 da 2ª edição do Guia de Bens Tombados IEPHA/MG, de autoria de Helaine Nolasco Queiroz e Roberta Duarte Magalhães e que está disponível no site [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)